



DISCURSO HOMOPOLÍTICO NAS MATERIALIDADES: LAMPIÃO DA ESQUINA E CHANACOMCHANA



HOMOPOLITICAL DISCOURSE ON THE MATERIALITIES: LAMPIÃO DA ESQUINA E CHANACOMCHANA

GUILHERME ROCHA MORALLES

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 23/07/2020 • APROVADO EM 26/09/2020

Abstract

This paper analyzed the statements of affirmation, visibility and emancipation of the homosexual and lesbian feminists' movements that circulated in the alternative journals *ChanacomChana* and *Lampião da esquina*, in the 1970s and 1980s in Brazil. The analysis material consists of statements from publications with these homopolitical themes based on the two aforementioned journals, as well as verbal information from the editors of *Lampião da esquina* transcribed from their audiovisual documentary released in 2016. Based on a discursive analysis guided by Michel Foucault (2014; 2015; 2017) and Judith Butler (2017) theories, one can demonstrate the tense intersection of the newspapers analyzed with the legal and political forms in a phase of dictatorships and exceptions in contemporary Brazil (period markedly engendered by a sexual, biologizing and ratifying policy of gender performances), inciting them to manifest counter discourses and other forms of power-knowledge off-center from pre-discursive constructions on sexual identities. From these themes prompted by the devices of sexuality, it was made known, therefore, the appearance and circulation of an LGBT political language and its discursive clashes.

Resumo

Este trabalho analisou os discursos de afirmação, visibilidade e emancipação dos movimentos homossexual e lésbico feminista, que circularam nos periódicos alternativos *ChanacomChana* e *Lampião da esquina* nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. O material de análise é constituído por enunciados de publicações com essas temáticas homopolíticas pautadas nos dois periódicos citados, além de informações verbais dos editores do **Lampião da Esquina** transcritas de seu documentário audiovisual lançado em 2016. A partir de uma análise discursiva orientada pelas teorias de Michel Foucault (2014; 2015; 2017) e Judith Butler (2017), pode-se demonstrar a tensa intersecção dos jornais com as formas jurídicas e políticas em uma fase de ditaduras e exceções no Brasil contemporâneo (período marcadamente engendrado por uma política sexual, biologizante e ratificadora de performances de gênero), incitando-os a manifestar contradiscursos e outras formas de poder-saber descentradas de construções pré-discursivas sobre as identidades sexuais. Dessas temáticas incitadas pelos dispositivos da sexualidade, fez-se conhecer, portanto, o aparecimento e circulação de uma linguagem política LGBT e seus embates discursivos.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Discourse. Identity. Gender. LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Identidade. Gênero. LGBT.

Texto integral

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho filia-se às contribuições teóricas de Michel Foucault (2008; 2014; 2015; 2017), Judith Butler (2017) e outros estudiosos dos desdobramentos da sexualidade, das instituições do saber e do gênero. A partir dessa orientação e suas contribuições para a Análise de Discurso, levantamos problematizações em torno de práticas discursivas que anunciam saberes e poderes previamente compromissados em garantir uma orientação e identidade sexual heteronormativas sobre gênero e sexualidade dissidentes, inaugurando um jogo de forças centrípetas com a linguagem homossexual e suas pautas de afirmação/circulação do movimento e cultura gay no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985). Por essa localização linguística e histórica analisamos as discursividades da comunidade LGBT em torno de temáticas relacionadas à visibilidade e afirmação/emancipação das expressões identitárias categorizadas como desviantes no interior de um regime de poder político e sexual instrumentalizado por leis morais, opressoras e coercitivas.

Desses lugares enclausurados em que a linguagem está sempre inquieta, trazemos como exemplo o caso de imprensa que se tornou a peça do processo jurídico direcionado ao jornalista homossexual Celso Cúri, escritor durante a década de 1970 na Coluna do Meio¹. A legalidade do processo foi movida pela Lei de

¹ Coluna do jornal *Última Hora*, que circulou periodicamente no Brasil durante quarenta anos (1951-1991).

Imprensa (Lei. n. 5.250/67), art. 17, que enquadrava a forma de linguagem veiculada por Cúri como um atentado à moral e aos bons costumes da época. A perseguição se deu pela forma como o jornalista escreveu sobre a cidade do Rio de Janeiro e os pontos de encontro nas praias e outros espaços urbanos, descrevendo o Rio como “uma cidade ma-ra-vi-lhooso-a!” (informação verbal)².

O caso citado foi publicado em abril de 1978 na edição de número zero do jornal *Lampião da esquina* (1978-1981), periódico que estampou as bancas brasileiras em seguimento de produção alternativa e o primeiro em nível nacional e de temática homossexual. Dado o seu grande número de leitores, ora adquirindo os exemplares às escondidas ora repassando aos mais curiosos, **Lampião** foi se tornando um referencial das experiências da vida gay para fora do gueto, uma vez que um veículo homopolítico estampou as bancas de jornal do país.

Os eixos temáticos das edições do jornal destacam o movimento de contracultura organizado por coletivos politizados em torno de pautas afirmativas de sua existência e liberdade de afeto. Denúncias, cartas, entrevistas e ensaios compõem o tecido discursivo, dando forma ao desejo de potência pela identificação com a diversidade sexual, questão que se manifesta na carta de um leitor: “é verdade que nós somos tantos?” (LAMPIÃO, nº 0, abr. 1978).

Ao nos depararmos com outras perseguições semiológicas motivadas pelas mesmas questões morais que identificavam um coletivo de homens e mulheres homossexuais, sendo por essa via executada formas de silenciamento e interdições das práticas e discursividades dessa população, elegemos como material de análise alguns enunciados em matérias e chamadas do **Lampião da Esquina**, que se tornou o porta-voz das minorias no Brasil (negros, mulheres, indígenas, outras).

Na continuidade de coletar materiais, fontes e constituir outros *corpora*, utilizamos o documentário homônimo roteirizado em torno de entrevistas com os editores do jornal. Produzido pelo Doctela e coproduzido pelo Canal Brasil, a filmagem é de 2016 e recebeu a direção de Lívia Perez. Um pouco mais de 80 minutos reúne narrativas do conselho editorial do jornal, incluindo o renomado escritor Aguinaldo Silva (na época, editor-chefe desse periódico) e o jornalista-ativista João Silvério Trevisan³ (colaborador no jornal), além de outros dos 11 colaboradores assumidamente homossexuais já naquele período. Transcrevemos do documentário algumas falas centradas na organização do movimento homossexual antes e depois da publicação do **Lampião**. A relevância dessas informações orais é a possibilidade de recuperar acontecimentos a partir dos lugares de memória de cada informante no material audiovisual.

A partir do rompimento com **Lampião da Esquina** devido a embates discursivos entre os editores do jornal, elegemos o boletim **ChanacomChana** (1980-1989), pensado e fundado por mulheres lésbicas e feministas, a partir da busca por um espaço de fala que as representassem na imprensa, nas relações de e entre gêneros e que pautasse discussões sobre sexualidade, emancipação feminina e liberdade de expressão:

² Entrevista concedida por Celso Cúri no documentário *Lampião da Esquina* (2016).

³ Escritor de inúmeros trabalhos e livros sobre o movimento homossexual no Brasil, as origens ainda no Brasil Colônia e, principalmente, durante o regime da ditadura, o qual vivenciou e resistiu.

Chanacomchana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra “chana” não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra “chana” soe para uns como “chance” [...] (CHANACOMCHANA, n. 1, jan. 1981).

A resistência às expressões linguísticas dos homossexuais homens também aparece nas edições do boletim como um dos fatores que levou mulheres a reivindicarem direitos linguísticos no interior do próprio movimento, dadas as falas e discursos que as marginalizavam por errôneas acepções da comunidade gay em torno de orientação sexual e identidade de gênero.

Assim, entendemos que a necessidade de uma identidade linguística como pauta para a extensão do corpo LGBT e sua circulação a partir dos jornais/boletins é um acontecimento discursivo encampado em um processo histórico em que o estigma dessa população e suas necessidades individuais geram a constituição do campo simbólico para cada reivindicação política, assim como os processos de identidade-identificação no interior dos coletivos e suas respectivas bandeiras, conforme Stuart Hall (2006) discute na obra **A identidade cultural na pós-modernidade**.

O critério de seleção para os recortes realizados nos jornais teve por objetivo analisar a narrativa identitária do movimento homossexual brasileiro, entre as décadas de 1970 e 80, no interior dos jornais *Lampião da esquina* (1979-1981) e *ChanacomChana* (1980-1989), porque neles se encontram as linguagens da comunidade homossexual e seus compromissos de fazer circular a cultura gay e as pautas lesbofeministas no Brasil.

Analisamos, então, as construções discursivas imbuídas de reivindicações políticas e representatividade linguística, as quais nos convidam a trocar olhares e enxergar os sujeitos LGBT, sobretudo para conhecer as formas de se mostrar, entendendo, por sua vez, os motivos de serem vistos, o que querem significar, bem como os lugares que lutam para se incluírem, e os quais querem ser excluídos, uma vez que essas inserções e exclusões não preexistem ao discurso, como nos orientam as obras de Foucault e Butler, mas, sim, são construídos por ele.

Sob o pano de fundo da ditadura militar, período em que o país era governado por um Estado totalitário, fascista e repressor, os periódicos alternativos sofriam perseguições pelas sanções desses dispositivos. Contudo, ao pensarmos com Foucault (2015) traçamos a hipótese de que os efeitos dessa patrulha política incitariam a produção de contradiscursos, novas formas de linguagem e indexes sociais, pois se ao interditar o sexo, fez-se cada vez mais praticá-lo e dizê-lo, sobre as categorias linguísticas tidas como pejorativas destinadas à comunidade LGBT, fez-se delas um enorme acervo identitário, ressignificado e destituído dos discursos morais e machistas. Levantamos, então, a seguinte questão problema: o que incita a produção de discursos de visibilidade, afirmação e identidade de um grupo específico?

Encontramos uma importante discussão sobre esse problema de pesquisa ainda em torno da sigla LGBT no trabalho de Silvia Aguião (2016), que se dedicou aos estudos em torno das reivindicações políticas da comunidade homossexual de

forma análoga aos processos de criação e recriação de morfologias de Estado, reforçando o argumento: *não somos um simples conjunto de letrinhas*. Assim, a autora entende que o acrônimo LGBT é uma linguagem organizada na gênese das discussões do movimento gay, lésbico, bissexual e transexual no Brasil:

A argumentação segue a perspectiva de que a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) recobre uma espécie de “coletividade imaginada”, parafraseando Benedict Anderson (2008), produto e produtora de diversos feixes de relações sociais que perpassam políticas de governo, movimentos sociais, a produção acadêmico-científica sobre o tema e os seus idiomas específicos como, por exemplo, o dos direitos humanos (AGUIÃO, 2016, p. 282).

Os “idiomas específicos” compreendem as idiosincrasias da comunidade LGBT, uma vez que suas demandas perpassam por questões inerentes às identidades de cada sujeito representado no acrônimo. Ao encontro dessa discussão em torno da organização representativa das identidades sexuais, César (2016) traz enquanto preocupação teórica alguns incômodos de Foucault a respeito da criticidade que se perde dos sujeitos ao se submeterem ao campo político de poderes-saberes normalizadores e centrados na geografia das identidades sexuais, como são as esferas médicas e jurídicas, colocando-as ao centro e à margem da *heteronormatividade*. De acordo com Nogueira e Colling (2019), que trataram de definir os verbetes *heterossexualidade compulsória* e *heteronormatividade* no **Dicionário Crítico de Gênero**, estas noções fazem alusão à uma forma de política sexual, porque:

Enquanto na heterossexualidade compulsória todos os sujeitos devem ser heterossexuais para serem considerados normais, na heteronormatividade todos os sujeitos devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham eles práticas sexuais heterossexuais ou não. Com isso entendemos que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um modelo político que organiza a vida das pessoas (NOGUEIRA; COLLING, 2019, p. 390-394).

Sobre esse modelo político tangido por uma geografia das expressões sexuais, a movimentação de projetos de lei criados a partir da escuta do Governo Federal atesta a existência de identidades marginalizadas e necessitadas de medidas protetivas específicas. A esse papel de “consultor” para o Estado, revela-se um sistema que supõe saber sobre tais sujeitos da diversidade sexual, sendo esse “suposto saber” a raiz do problema da instituição que pensa e conduz a biopolítica, produzindo identidades no interior dessa lógica (CÉSAR, 2016). O perigo, conforme lemos na obra **Problemas de Gênero: feminismo e a subversão da identidade**, de

Judith Butler (2017), trata-se da tentativa de ilusonar os sujeitos com a ideia de que a normatividade do sexo e do gênero são conceituações engendradas em um campo pré-discursivo, formulado pelos mecanismos das instituições, como se fosse uma noção anterior à própria palavra, algo pré-concebido. Por isso, problematizar a categoria gênero, conforme as teorias de Butler (2017), é mais do que desestabilizar o que é do masculino e o que é do feminino, é, anterior a isso, parar uma máquina produtora de categorias que insistem em codificar o sexo, o desejo e os sujeitos como se fossem extensões de uma única possibilidade estática de ser.

Na contramão dessa lógica das instituições e seus manuais, César (2016) enfatiza que as identidades e as suas formas linguísticas de representação política para a afirmação da existência de sujeitos e a garantia de seus direitos específicos ocorre por processos dinâmicos no interior da diversidade sexual que compõe os coletivos. E que a prerrogativa dessa movimentação deve tratar de transformações sociais substantivas, de formas afirmativas da cultura e da prática dessa diversidade de ser.

Ao encontro desses processos dinâmicos, o trabalho de Molina (2011) discute a pluralidade das identidades de gênero (para além de acepções socialmente rígidas) e os comportamentos que se desviam de orientações heteronormativas. A discussão teórica da autora assinala uma condição de não fixidez enquanto demanda inerente a todas as sexualidades. Portanto, corrobora a respeito de reivindicações que se manifestam dentro dessas categorias-outras, apresentando-se assim no campo das mais variadas políticas, sejam elas linguísticas, representacionais e identitárias.

Neste sentido, corroboramos o argumento que convoca a refletir sobre os diferentes sujeitos, suas múltiplas identidades e performances de gênero, sobretudo por condizerem com seus compromissos culturais e sociais de cada grupo nas relações locais e globais:

Ao estudarmos sobre a homossexualidade e, conseqüentemente, a desconstrução dos papéis sexuais do feminino e masculino, devemos repensar a representação e os discursos de identidade, do conhecimento e do poder cultural que circulam no aparato do saber/poder na sociedade, para que possamos (re)analisar e (re)construir o discurso da própria sexualidade (MOLINA, 2011, p. 952).

Sobre os vários compartilhamentos de ideias a respeito da identidade, com Hall (2016) entendemos que são noções resultadas do declínio da ideia de “sujeito unificado” antes atrelada aos estudos sociais até meados do século XX, delimitação temporal chamada de modernidade tardia. A crise da identidade, ou o processo de interrogação a respeito de si mesmo em relação ao outro, inaugura questões que descentralizam conceitos dados como “registros” do tempo e do cotidiano dos sujeitos:

as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006, p. 12).

Da análise sociológica de Hall sobre a interrogação da identidade podemos pensar como esse processo inaugura problemas para categorias linguísticas em um sentido mais amplo. Estudos feministas, por exemplo, desde os séculos XVII e XVIII interrogam a gênese atribuída aos papéis de gênero, suscitando debates e transformações que compreendem, hoje, o gênero como uma identidade não restrita ao sexo biológico, mas como uma expressão que sujeitos tomam para si, masculina, feminina ou fluída, para se apresentarem socialmente e exercerem cidadania. As categorias linguísticas colocadas como uma questão, portanto, abalam uma estrutura social fixa e rígida que engendra práticas de comportamento específicas pra um sujeito x ou y, denunciando, desta forma, que tais formulações se estruturam pelo discurso e não anterior a ele.

A partir de uma análise foucaultiana fundamentada na **História da Sexualidade** (2015; 2017) e nas interrogações que Butler (2017) propõe às categorias linguísticas, compreendemos que *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana* funcionam como um registro histórico do pensamento autorreflexivo de sujeitos gueterizados pelos discursos sobre suas identidades e expressões de gênero, vistas como desviantes da ordem moral dos sexos. Neste sentido, as nuances das sexualidades vividas e inscritas nos jornais constroem imagens, signos, traços das performances possibilitadas pela não fixidez do gênero.

Por sua vez, essas materialidades também funcionam como espaço de circulação e informação criados a partir da incitação institucional em fazer manifestar as práticas discursivas fundantes de uma comunidade linguística, identificada por seus usos e expressões que repensaram as relações e identidades de/entre gênero no quadro político do Brasil em um período de redemocratização do país. Todo o conjunto de publicações organizam, portanto, um arcabouço linguístico, discursivo e histórico incitados pelo dispositivo das sexualidades (FOUCAULT, 2015).

Assim, na contramão da Lei de Imprensa, dos Atos Institucionais (AI's) e dos códigos morais cristãos e militares, funciona o que Foucault (2015) chama de *fermentação discursiva*: o periódico "chama atenção e provoca perguntas - algumas bem indiscretas. É, enfim, um jornal que puxa conversa" (LAMPIÃO, jul./ago. 1978, p. 5). Esse "puxar conversa", como um efeito de discurso que desestabiliza a ordem vigente, que gera perguntas, comoção e revoltas; dispersa enunciados e reverberações, alimentando um ciclo de publicações, envio de cartas e a divulgação do próprio jornal.

Nesse sentido, ao demonstrarmos com enunciados dos jornais e informações verbais do documentário sobre **Lampião da Esquina** e seus editores, pudemos localizar os caminhos que se cruzaram ao longo da formação e movimentação de discursos e contradiscursos dos sujeitos homoafetivos em meio a um complexo jogo

de poderes à sombra do período em que se instaurou um regime estatal totalitário (1964-1985), constituído de formas jurídicas fundamentadas nos discursos da moral cristã, dos bons costumes, da normatividade sexual e do modelo parental.

2. LINGUAGEM E COMPROMISSOS CULTURAIS DO MOVIMENTO LGBT EM LAMPIÃO DA ESQUINA

Sobre o “movimento homossexual” ou “movimento de liberação homossexual” percebemos suas questões, pautas e reivindicações sendo abordadas com uma linguagem própria da comunidade LGBT nestes veículos jornalísticos. Tal linguagem, portanto, era a fonte para uma mídia alternativa em relação às que circulavam no interior de uma ordem discursiva vigente da época, de ditaduras heterossexistas alinhadas aos bens da família, moral e bons costumes, garantidas e praticadas na Lei de Imprensa que penalizava os ditos desvios desses padrões consagrados por setores da sociedade e governo.

A história do “viadeiro nacional” é como denominam os editores e escritores do *Lampião da esquina*. Assim, longe de se utilizar de rebuscamentos exagerados, contaram histórias e experiências da vida homossexual no Brasil junto do coletivo LGBT e das suas formas de resistência, seja no gueto, na esquina e na efervescência dos centros culturais que iam surgindo à medida que os espaços públicos eram ocupados pela comunidade *gay*, no final da década 1970 e início de 1980.

A respeito do que os precursores do movimento homossexual no Brasil informam, o jornal surge sob a justificativa de fazer circular textos que remetiam aos corpos e identidades homossexuais no período ditatorial, compreendido entre 1964 e 1985. Neste sentido, conforme Aguinaldo Silva (editor-chefe) e João Silvério Trevisan (colaborador no jornal) afirmam no documentário **Lampião da Esquina** (2016), era pela linguagem da própria comunidade LGBT que se encontrava a possibilidade de reconduzir sentidos erroneamente atribuídos às práticas e especificidades do coletivo e, a partir dela, pautar um movimento em busca da garantia de direitos básicos e fundamentais de cidadania.

Edy Star, cantor e ator brasileiro, integrou o grupo de editores e sobre a recepção do jornal conta que:

[...] comprava-se um e passava a edição para outros. Chamava a atenção e todo mundo queria ler, naturalmente, um jornalzinho de merda, *gay*, está fazendo sucesso, isso incomodou muita gente, era muito atrevimento um jornal de viado, na banca, contando caso de viado, abertamente dizendo o que estava acontecendo com as bichas, que matavam bichas [...] (informação verbal)⁴

⁴ Entrevista concedida por Andy Star no documentário *Lampião da Esquina* (2016).

O cantor Ney Mato Grosso também aparece como um dos entrevistados para o documentário, e lembra que, quando viu as primeiras edições do **Lampião**, “achava impossível aquele tipo de material ser publicado, ora porque não se falava sobre as experiências homossexuais ora porque oficializava o que se vivia nas ruas, nos guetos, nos bares e casas noturnas” (informação verbal)⁵.

Sobre essa questão de oficializar o que é tido como balela, e sobre o sentido de veicular o que não deveria ser motivo de notícia, percebemos como as identidades e suas práticas se ligam ao corpo dos editores. No artigo de Paulo Júnior e Miguel Zioli (2016), intitulado *Movimento Homossexual no Brasil da Ditadura Militar*, vemos em destaque o trabalho de outros teóricos e políticos brasileiros que se dedicaram ao reconhecimento de direitos à comunidade LGBT, dentre eles, o direito à união estável de casais homoafetivos no Brasil.

Os autores lembram que, embora sejam ainda poucos os nomes que conhecemos operando nos níveis legislativos, destacar a homossexualidade enquanto identidade desses atores sociais é um ato político quando pensamos que na década de 1970 circular textos, leis e oralidades em torno da pauta eram expressões interditas, e os sujeitos excluídos. Por essa questão, a reunião dos membros que compuseram o jornal *Lampião da Esquina* e seus objetivos dentro do periódico constroem o início do movimento de afirmação homossexual no Brasil de uma forma que a comunidade LGBT pudesse se identificar, ao se reconhecer nas publicações, e o cenário nacional pudesse assistir.

Anterior à publicação da primeira edição do *Lampião*, discutia-se ainda o nome que o jornal levaria. Não há escolha de significante que não seja ideológica e carregada de sentidos que descolam de sentidos exteriores a ele próprio (BAKHTIN, 2006). Ao procurarmos pelas motivações do nome “Lampião”, vimos delinear-se opostos que não se atraíam. Sobre o nome do jornal, existe aí um jogo de sentidos que nos interessa. Escolhido por Aguinaldo Silva, havia na imagem de Lampião Virgulino, cabra macho, nordestino e viril, algo de não explicado sobre essa tamanha necessidade de reafirmação da heterossexualidade, que o tornou, por assim parecer, um mito. Aguinaldo Silva conta que:

[...] O nome do jornal seria *Esquina*, porque a gente achava que esquina é o lugar meio icônico para os homossexuais, é o lugar de parada, entende? E aí nós descobrimos que já tinham registrado *Esquina*, e aí nós pensamos em **Lampião da Esquina**. Na verdade, o Lampião era esse, não era o Lampião Virgulino não. Na brincadeira, na hora de fazer o logotipo, e tudo isso, pensamos: e se a gente fizer essa brincadeira? Porque, quem é o maior representante do machismo nacional? É o Lampião! Então se a gente fizer a brincadeira, o jornal já mostra que veio pra brincar (informação verbal).⁶

⁵ Entrevista concedida por Ney Mato Grosso no documentário *Lampião da Esquina* (2016).

⁶ Entrevista concedida por Aguinaldo Silva ao projeto audiovisual **Resistir é Preciso** (2011), disponibilizado no canal homônimo da plataforma Youtube.

“Da esquina” carrega um duplo sentido para a escolha do nome do periódico. Primeiro porque descentraliza a imagem de Lampião, colocando-o à margem, lugar que aqui é entendido como “esquina”. Segundo, porque, conforme afirma Silva, o Lampião deixa de ser a personificação do machismo, do cangaceiro viril, e passa a ser um objeto, um guia de luz em meio aos que estavam às sombras, relegado ao gueto, à invisibilidade. A luz, então, brilharia sobre o machismo, às limitações designadas aos papéis de gênero e outras pautas.

Essa profusão de sentidos tornou-se uma prática constante no jornal, traduzindo-se em vocábulos e expressões que se faziam entender entre os membros da comunidade LGBT, de uma maneira intimista, popular e não estrangeira aos diferentes grupos sociais no interior do próprio movimento, seguindo à risca as demandas do público homossexual brasileiro. Aos poucos, os bastidores por trás da primeira edição iam se organizando para desenhar as primeiras capas, organizar o conteúdo das colunas e as temáticas das manchetes. Em relação à linguagem do veículo, é presente um tom jocoso, comum entre os membros LGBT. Esse jeito apelativo e provocador sobre aspectos das identidades de gênero e orientação sexual dissidentes é uma forte característica do tratamento linguístico desse grupo. Quinalha (2017, p. 282) ressalta que “a própria utilização da linguagem ferina e popular do meio homossexual, com o abuso de palavras outrora consideradas pejorativas como ‘bichas-loucas’ e ‘bonecas’, seria uma constante nos textos publicados”.

É interessante pensar essa identidade linguística como uma linguagem ferina, ou seja, selvagem, feroz, mas sem a pretensão de ser agressiva ou preconceituosa. Os editores do jornal assinalam durante todo o documentário que existem essas formas de tratamento próprias e que são essas, e não outras, as linguagens de reconhecimento entre gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Edy Star faz questão de provocar: “Você já ouviu alguém dizer assim: “fulano fez uma *gayagem*?”. Não! Fulano fez uma viadagem. E encena um diálogo: “Oi, gay!”. Não! Oi, bicha. Entre gay e bicha, bicha. Sempre!” (informação verbal)⁷.

O compromisso de Aguinaldo Silva enquanto editor-chefe, conforme observamos anteriormente, é de tornar essa linguagem conhecida, e não popular. Não popularizar o dialeto *gay*, está ligado a ideia de que se trata de um vocabulário próprio de pessoas que se reconhecem nos signos linguísticos transversais, assim mesmo, no sentido de que cortam uma organização pré-estabelecida para atravessá-la, tomando uma forma reconhecível no interior de uma outra pulsão social e linguística. Silva acrescenta:

[...] uma maneira de tornar essa linguagem uma linguagem conhecida e, entre aspas, normal, comum. Essa capacidade do jornal de se comunicar em alguns textos, não em todos, mas em alguns textos com o público ao qual ele se dirigia era o que fazia de sucesso o jornal (informação verbal)⁸.

⁷ Entrevista concedida por Andy Star no documentário *Lampião da Esquina* (2016).

⁸ Entrevista concedida por Aguinaldo Silva ao projeto audiovisual **Resistir é Preciso**, disponibilizado no canal homônimo da plataforma *Youtube*.

Essas aspas colocadas sobre a palavra ‘normal’ na fala de Silva remetem à questão problema sobre o que incitava a produção desses discursos com essa forma de linguagem política, e não outra. Quinalha aponta que:

[...] isto significava uma enorme ruptura com os modos já estabelecidos de tratamento das sexualidades dissidentes pelos veículos de comunicação. Na imprensa, por exemplo, a representação do homossexual era sempre feita de modo a estigmatizar e discriminar as sexualidades dissidentes (QUINALHA, 2017, p. 282).

Assim, à medida que o jornal ia crescendo em termos de leitores, assinantes, anúncios publicitários e entrevistas com nomes renomados do cenário gay nacional e internacional, João Silvério Trevisan conta que o editorial começou a receber do Brasil inteiro vocábulos da experiência homossexual, do gueto homossexual, da subcultura gay. E que:

[...] era muito divertido porque tinha coisas do arco e da velha. Essa é a linguagem que nós falamos, é a linguagem, inclusive, demolidora. Há uma linguagem da subcultura gay e é essa que nós vamos usar pra falar no jornal. E resgatar essa terminologia do mau uso que era feito dela (informação verbal)⁹.

Trevisan também lembra no documentário que a comprovada existência de homossexuais no Brasil era um caso veiculado pelo jornal *Notícias Populares* (1963-2011). As manchetes explicitavam questões de violência urbana em torno da vivência LGBT sem se apoderar de questionamentos que reconduzisse a violência para os agressores. Ainda, as notícias em torno do aparecimento de casos de pessoas infectadas pelo vírus da imunodeficiência humana apontavam para uma interpretação que ia além de práticas sexuais desprotegidas, a qual, por sua vez, ganhava o título de “Peste-Gay”¹⁰.

Sobre esse cenário em que a imagem de homossexuais estava atrelada às violências físicas e simbólicas, reverbera a necessidade de reconstruir o imaginário social a partir de uma linguagem que se tornasse conhecida, que se afastasse de entendimentos preconceituosos. Por isso que, ainda em relação à incredulidade de Ney Matogrosso, até então entendível para as questões morais da época, vemos se apresentar em sua fala o sentido de tornar “oficial” uma vivência, uma condição natural de vida. Oficializar, mesmo em um periódico alternativo, nanico, uma fonte

⁹ Entrevista concedida por João Silvério Trevisan no documentário *Lampião da Esquina* (2016).

¹⁰ “Peste-Gay já apavora São Paulo”, manchete do jornal *Notícias Populares* em 12 de junho de 1983.

de consulta sobre práticas do cotidiano de sujeitos encravados na história, é uma forma que Ney Matogrosso encontrou para significar o lugar de autoridade dos editores e conselheiros do **Lampião** a respeito de sua história e das demais minorias.

Portanto, não se tratava mais de falar sobre a sexualidade homoafetiva como forma de convocá-la a assumir uma existência, mas sim de fazer ser conhecida enquanto condição natural e inerente aos desejos humanos, ilimitado e desprovido de preconceito sobre suas práticas e performances: "questionava-se, assim, a existência de uma única identidade homossexual confinada nos guetos e estigmatizada pela associação recorrente com o submundo da criminalidade, da corrupção moral e das drogas" (QUINALHA, 2017, p. 281).

Havia, como podemos enxergar a partir desses lugares de memória dos conselheiros do editorial, uma proposta de significar o sentido homopolítico que unia a linguagem de homossexuais às suas formas de expressão e *gestos de escritura* (FOUCAULT, 2008), unificando texto, corpo e discurso. Assim, pela linguagem homossexual dos veículos estudados, conseguimos conhecer as performatividades de gênero que compunham as práticas de si em relação ao direito da liberdade sexual, assim como interpretar as experiências da vida homoafetiva, das travestilidades e expressões culturais.

Para além das matérias publicadas, também nos interessamos pelos bastidores do **Lampião**. Soubemos pelo documentário que a participação de mulheres no jornal foi nula nos primeiros números, questão que foi intensamente discutida e questionada por militantes dos grupos da diversidade sexual, já que a proposta do veículo era dar visibilidade e representação para a pluralidade de pautas sociais e homopolíticas. Devido a essa falta de publicações assinadas por mulheres na redação, foi-se delineando a formação do movimento lésbico e seus quadros teóricos de interrogação às ausências de local de fala e espaços de escrita feminista.

3. DOS EMBATES DISCURSIVOS AO BOLETIM CHANACOMCHANA

Sobre a ausência de mulheres na redação do **Lampião**, no número zero Aguinaldo Silva se ateu em escrever uma nota explicativa a respeito:

A ausência de mulheres em *Lampião* não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que este jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres, a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais (LAMPIÃO, nº 0, 1978, p. 5).

Conforme a análise da historiadora Débora Mosqueira (2015) aponta, a presença da participação de mulheres como parte do conselho editorial do *Lampião da esquina* é nula até a edição de número 03 (jul./ago. 1978), quando então os editores anunciam que duas mulheres teriam uma coluna no jornal. Somente na edição de número 11 (abr. 1979), portanto, é que se torna perceptível uma real participação de mulheres na composição editorial de todo o jornal, sendo a chamada da edição intitulada *Lesbianismo, machismo, aborto e discriminação: são as mulheres fazendo política*. Além do título emblemático para a edição, Aguinaldo Silva no mesmo número reforça: *Extra! Mulheres chegam pra ficar*.

É interessante notar o que Mosqueira (2015) destaca de uma das cartas publicadas na sessão *Cartas na Mesa*, do número 02. A saber, uma leitora questiona a ausência de participação feminina no periódico e se diz tentada a reunir o coletivo de mulheres para fundarem um jornal chamado “Maria Bonita”, sendo esse desdobramento linguístico produzido pelo efeito de sentido resultado ainda da vontade fundadora do *Lampião*.

Ao vasculharmos a referida edição, encontramos a carta da leitora Rose S. Rio, que assim dizia:

[...] as mulheres estão praticamente alijadas do **Lampião**. Esta é a grande falha dos jornais gays. Ora, bolotas, vou acabar encabeçando um movimento e fundando o jornal “Maria Bonita” (será que até entre nós, já tão vilipendiadas, existe a tal discriminação?), cujo *slogan* será: “Menino não entra”. Fica lançado o desafio. Ou nós entramos na jogada, ou “Maria Bonita” entrará em cena para apagar o fogo de Lampião (LAMPIÃO, nº 2, jul. 1978, p. 14).

A carta de Rose S. Rio confirma, portanto, a ausência de mulheres na redação até o número 3 e a iminência de um periódico fundado por mulheres. No documentário sobre o jornal e seus editores, Dolores Rodrigues, uma das escritoras e militante das pautas do mulherio brasileiro dentro da redação de Aguinaldo Silva destaca sua observação a respeito da necessidade de se fundar um espaço de fala propriamente de mulheres, ao criticar que “o Lampião era um jornal de homens gays feito para homens gays, apesar de ter uma abertura pros outros movimentos” (informação verbal)¹¹.

No entorno dessas necessidades de local de fala, orientadas por questões que são próprias do agenciamento que os sujeitos fazem sobre sua sexualidade e performances de gênero, compreendemos que esses embates discursivos se inserem também nas relações dialógicas que se dão antes, durante e depois do processo textual nos jornais aqui estudados. Concebemos, portanto, que, por questões ideológicas em torno dos signos linguísticos estas materialidades se tornam lugares para o que Bakhtin denomina *heteroglossia*: um jogo de forças centrípetas que nos emergem nos esconderijos ideológicos dos sujeitos, assim como nas formas que os editores e os colaboradores do jornal vivenciavam o político de suas identidades. Ao fundir signo linguístico e ideologia, Bakhtin (2006) atribui

¹¹ Entrevista concedida por Dolores Rodrigues no documentário *Lampião da Esquina* (2016).

caráter orgânico nas tensões discursivas pela própria condição contraditória dos valores identificados e refratados pelas comunidades sociais.

A análise de Spargo (2006) a respeito de políticas sexuais pró diversidade a partir de pautas coletivas na obra **Foucault e a Teoria Queer**¹², apresenta as dissonâncias entre os movimentos lésbicos e gays ao abordarem diferentes causas no interior de um mesmo ideal de grupo. Spargo discute que ao longo dos anos 1970 e 1980 viu-se desestabilizar uma política assimilacionista de condução da vida, das categorias linguísticas como representação e a própria noção de identidade, uma vez que o discurso de aceitação e igualdade “era fragmentado por diferenças internas” (2006, p. 30).

Sobre essas diferenças internas que fragmentam os coletivos, a tese de Elizabeth Cardoso (2004) nos ajuda a compreender os processos históricos que levaram à consolidação de uma imprensa feminina e feminista no Brasil. A respeito desses processos e marcos históricos, Cardoso (2004) afirma que a Imprensa feminista brasileira pós-1974 divide-se em duas gerações ideológicas:

[...] a primeira (de 1974 a 1980), com linha editorial voltada para as questões de classe e para as diferenças sociais; a segunda (a partir de 1981), voltada para a questão de gênero, com linha editorial priorizando os temas específicos da mulher e tendendo para a especialização (daí as publicações dirigidas para a saúde da mulher, legislação sobre as questões femininas, violência contra a mulher, sexualidade feminina, entre outras) (CARDOSO, 2004, p. 14).

Por essa localização histórica e política sobre a segunda geração é que podemos entrelaçar análises com as questões fundadoras do espaço de fala *ChanacomChana*, tanto por se inserir na data de 1981, quanto por se inserir na natureza cíclica dos movimentos sociais e reivindicações do discurso feminista no Brasil. Neste sentido, nas discussões que se leem no *ChanacomChana*, a lesbianidade é defendida como uma escolha política de mulheres que se solidarizam com outras mulheres, que colaboram pela existência e valorização da vida feminina.

Na carta de abertura do jornal, em 1981, a construção dos enunciados das editoras comporta, ainda, interrogações em torno da categoria “mulher”, das “pseudoidentidades frágeis, inadaptadas, dependentes” e dos afetos homoafetivos entre mulheres” (CHANACOMCHANA, nº 0, 1981, p. 2). Assim, as formações discursivas das editoras e articulistas do boletim propõem questões reflexivas a serem pensadas e discutidas para fora de espaços de dominação masculina, uma vez que mesmo sendo de orientação sexual homoafetiva no caso de *Lampião da esquina*, ainda não representa as especificidades concernentes às mulheres lésbicas e feministas.

¹² Na mesma obra, a autora nos apresenta os quadros teóricos e metodológicos que organizam a teoria *queer* aliada aos estudos filosóficos das práticas discursivas que inventam e constroem categorias universais em sistema de valores hierárquicos para os sexos.

Por essa razão, depois de publicada a carta de Rose S. Rio, no número 2 do jornal *Lampião* (1978), a evasão das mulheres ocorre na edição de número 13 (jun. 1979), momento em que se seguiu a organização do boletim lésbico que viria a ser conhecido como *ChanacomChana*, tendo seu ato fundador o rompimento com o Grupo SOMOS. Em entrevista concedida por e-mail à Cardoso (2004), Miriam Martinho¹³, fundadora do boletim, confirma as reivindicações do movimento de mulheres lésbicas do Brasil e a organização que se descolou de necessidades não respondidas por outros grupos homossexuais:

O número zero do *ChanacomChana* foi publicado em 1981 pelo Movimento Lésbico-Feminista (MLF¹⁴). O MLF era formado por mulheres dissidentes do Grupo Somos, fundado em 1978, o primeiro grupo homossexual politicamente organizado no Brasil. As mulheres do MLF chegaram à conclusão de que o Somos não respondia às questões específicas das mulheres lésbicas (CARDOSO, 2004, p. 97).

A respeito da breve participação de mulheres no *Lampião da esquina*, algumas questões feministas se descolavam dos sabidos embates discursivos nos bastidores e se apresentavam nas cartas enviadas por leitoras ao jornal, bem como em artigos que visavam demonstrar uma “transparência” do que se discutia nessas reuniões editoriais calorosas. Uma dessas cartas, intitulada *Lampião é desnudado* (LAMPIÃO, nº 3, jul. 1978, p. 15) expõe uma crítica feita à linguagem não verbal do logo do jornal e revela um dos problemas apontados por lésbicas feministas ao deixarem o veículo formado majoritariamente por homens gays e fundarem um espaço de fala próprio, como foi a movimentação do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) ao se desvencilharem das pautas temáticas do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), inseridas nos encontros do Grupo SOMOS, também organizado por homens gays.

Figura 1: Lampião, um símbolo sexual?

¹³ É professora formada pela Universidade de São Paulo (USP) e ativista das pautas lésbicas e feministas no Brasil, escrevendo em periódicos online. Cofundou, em 1980, o Grupo de Ação Lésbica Feminista – GALF, e editou o boletim *ChanacomChana*.

¹⁴ Tempos mais tarde denominado Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF).



Fonte: LAMPIÃO, nº 0, 1978, p.1.

Conforme vemos na figura acima, a reprodução da masculinidade do cangaceiro Lampião, embora tenha sido pensado como uma brincadeira em tom de chacota aos excessos de afirmação de virilidade do Virgulino, é construída pelos editores com imagens esféricas e cilíndricas remetendo a um signo imagético em que seu efeito semiótico é a construção de um falo. Em *ChanacomChana*, por sua vez, não há, para além do verbal, uma construção visual que represente o órgão genital feminino, embora esteja expressada por uma escrita imagética do sexo lésbico. Tem-se, assim, um embate discursivo no viés político e representativo do que se reivindica para além do sexo biológico: "o símbolo do jornal foi interpretado como a combinação de uma representação estilizada do rebelde com a representação de um falo; [...] a representação fálica é uma atitude agressiva e machista; é uma posição desrespeitosa em relação às mulheres (LAMPIÃO, nº 3, jul. 1978, p. 14).

Ao olharmos para o ato fundador do *ChanacomChana* e, sobretudo para a forte reivindicação política do discurso lésbico feminista, entendemos que as lutas se tornam plurais e singulares ao mesmo tempo que emergem da ordem discursiva a subverter. A saída das mulheres do corpo editorial de um jornal formado por homens gays em busca de tornar conhecida e desmoralizada uma forma de linguagem e suas práticas culturais entre homens gays, traz notícias, por sua vez, de uma condução/dominação masculina do pensar, do falo a ser mostrado, para surtir o efeito de qual representação biológica do sexo se deseja e se quer evidenciar.

Para chegarmos a essa análise discursiva, foi importante analisar também a percepção *verbo-visual* (BRAIT, 2004), mesmo que de forma breve, dessas materialidades para descartar argumentos ingênuos em torno da confecção desses periódicos. O que vemos é que a linguagem e identidade homossexual imprimem-se nos jornais pela discursividade das cores, palavras, tamanhos de papel etc. A confecção, por sua vez, precede a sua circulação e entendimento, por isso o trabalho simbólico para os efeitos de sentido a serem produzidos, mesmo que não sejam ditos para qual finalidade, encontra-se na base da linguagem e da identidade do movimento LGBT ao se misturarem nas pautas, chamadas e manchetes, sendo essa uma das formas de significação também observadas.

Vimos discutindo que a linguagem é o instrumento de poder, enquanto força política, das formulações discursivas nos coletivos LGBT. E embora essa seja uma discussão sobre identidades descentradas e em constante fluidez, vemos que ainda imperam formas retrógradadas de significação no interior do próprio movimento em relação à efervescência cultural dos sexos e identidades de gênero, as quais produzem outras manifestações e resistências por parte dos sujeitos da diversidade,

indicando-nos a presença de uma natureza cíclica, de avanços e retrocessos, quanto às práticas e a liberdade de ser.

Assim, por essas análises apresentadas até aqui podemos corroborar que os compromissos políticos se desdobram em vários outros discursos movimentados por forças que lutam contra a violência, a discriminação e segregação social dos sujeitos LGBT. Ainda, reiteremos que se afirmar enquanto sujeito desejante do mesmo sexo (homo ou lesbo) é um dos compromissos políticos-discursivos mais importantes da história da imprensa nanica e homossexual brasileira. Por isso, desmoralizar as identificações da pluralidade sexual, seja por sua linguagem reconhecível ou pelos papéis sociais e categorias linguísticas interrogadas, passa a ser uma constante nas páginas de *Lampião* e *ChanacomChana*, construindo, como um ato homopolítico, outras formas de saber, poder e resistência para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho pudemos compreender que os movimentos homossexual e lésbico feminista se articulavam discursivamente pela afirmação e emancipação de suas identidades, categorias e práticas culturais gueterizadas pela dominação patriarcal e seus desdobramentos machistas, sexistas e homofóbicos. Dessa articulação se descolou uma luta em torno das especificidades linguísticas que representassem as variadas categorias e expressões da identidade e sexualidade. Neste sentido, a produção de linguagens específicas materializadas nos jornais e boletins estudados revelam os compromissos culturais e políticos desses sujeitos em um país afeito ao proselitismo da hipócrita conduta moral. Assim, são movimentados enunciados que significam para o discurso da visibilidade, afirmação e emancipação em torno da(s) identidade(s) e coletivos LGBT na luta por desmoralizá-la, começando pelas especificidades linguísticas dessa comunidade enquanto manifestação discursiva incitada a produzir formas de saber, dialetos, condutas e práticas culturais do movimento homossexual e lésbico feminista em ascensão no país.

Os embates discursivos e deslizamentos de sentido produzidos no interior dos periódicos são resultados de interrogações feitas pelos sujeitos a respeito das noções: local de fala, identidade interrogada, performances de gênero e o que há para além da categoria mulher. Unidos pela descentralidade de papéis sociais e o distanciamento da lógica pautada no imperativo da geografia dos sexos, os rompimentos demonstram a natureza cíclica e orgânica dos movimentos sociais, uma vez que suas pautas são plurais e específicas ao mesmo.

Portanto, como efeito discursivo dos acontecimentos históricos entre as décadas de 1970 e 1980, essas produções alternativas resultaram da possibilidade da abertura e da redemocratização do país. E de sobre tal passado-recente indagarem e resistirem, constituindo-se em fonte de pesquisa para o arquivo LGBT no Brasil.

Referências

AGUIÃO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **cadernos pagu** (46), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016, pp. 279-310.

AGUINALDO SILVA: Lampião da Esquina. Programa de Tv dirigido por Ricardo Carvalho. [Instituto Vladimir Herzog, Rio de Janeiro], 2011. 1 vídeo (09min 19seg). Publicado pelo canal **Resistir é Preciso**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2z9uyCRF7ic> Acesso em: 16 de jun. de 2020.

BAKHTIN, Mikhail (Volóchinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12^o ed. Nacional: Editora Hucitec, 2006.

BOLETIM CHANACOMCHANA. Editorial. **ChanacomChana**, São Paulo: Grupo LF, n. 1, jan. 1981.

BOLETIM CHANACOMCHAMA. Seção de Abertura. **ChanacomChana**, São Paulo: Grupo LF, n. 0, 1981.

BOLETIM CHANACOMCHAMA. Seção Informes. **ChanacomChana**, São Paulo: Grupo LF, n. 1, dez. 1982.

BRAIT, Beth. Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo. **Trab. educ. saúde [online]**. 2004, vol.2, n.1, pp.15-32.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974. 2004**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. A crítica da noção de identidade e atualizações contemporâneas da estética da existência: feminismo(s), movimentos LGBT e política *queer*. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: política, pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNIOR, Paulo Roberto Souto Maior; ZIOLI, Miguel. Militância homossexual no Brasil da ditadura militar: os casos de João Silvério Trevisan e João Antônio Mascarenhas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 9, n. 2, jul.-dez., 2016.

LAMPIÃO da Esquina. Direção: Lívia Perez. Produção e Coprodução: Doctela & Canal Brasil. São Paulo, 2016, documentário (80min), digital.

LAMPIÃO. Cartas na Mesa: cartas de “Marias bonitas”. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro: n. 2, jun./jul. 1978.

LAMPIÃO. Cartas na Mesa: Lampião é desnudado. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro: n. 3, jul./ ago, 1978.

LAMPIÃO. Demissão, processo, perseguições: mas qual é o crime de Celso Cúri? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro: n. 0, abr. 1978.

LAMPIÃO. Extra! Mulheres chegam pra ficar. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro: n. 3, jul./ago. 1978.

LAMPIÃO. Lesbianismo, machismo, aborto e discriminação. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro: n. 11, abr. 1979.

LAMPIÃO. Mulheres do mundo inteiro... **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro: n. 0, abr. 1978.

LAMPIÃO. Mulheres na redação. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro: n. 3, jul./ago. 1978.

LAMPIÃO. No planalto central piscam novas luzes. **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro: n. 3, jul./ ago. 1978.

MOLINA, Luana Pagano Peres. **A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual**. v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno. “Então chegamos”: representações do feminino nas páginas d’O Lampião da Esquina (1978-1981). **Albuquerque – Revista de História**. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015, p. 25-43.

NOGUEIRA, Gilmaro. COLLING, Leandro. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. *In*: TEDESCHI, Losandro

Antônio; COLLING, Ana Maria (orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019. p. 390-395.

NOTÍCIAS POPULARES. Peste-Gay já apavora São Paulo. **Notícias Populares**. São Paulo: jun. 1983.

QUINALHA, Renan Honorio. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin, Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

Para citar este artigo

MORALLES, G. R. Discurso homopolítico nas materialidades: Lampião da esquina e Chanacomchana. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 1, 2021, p. 108-127.

O Autor

GUILHERME ROCHA MORALLES possui Graduação em Letras - Português/Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). É mestre em Linguística e Transculturalidade pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).